

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Mai 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

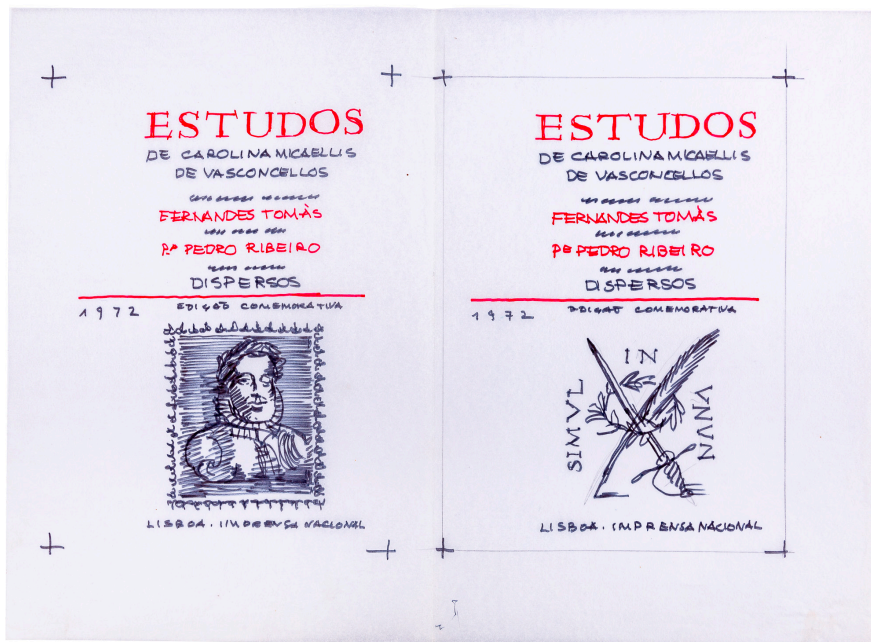
Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

EMPRESA PÚBLICA E FUSÃO

No final dos anos 1960, a Imprensa Nacional entrou num novo ciclo institucional. Em 1969, por ocasião do segundo centenário, foi transformada em empresa pública, deixando para trás o estatuto de repartição pública e conquistando a autonomia necessária para se adaptar às principais transformações da indústria gráfica.

Perante as profundas mudanças tecnológicas do setor, a nova empresa passava agora a poder acompanhar a indústria privada e reforçar a sua missão na área do ensino. No plano editorial, abriu também caminho à afirmação como editora pública, começando a marcar presença na Feira do Livro a partir de 1972 e alargando a rede de vendas com a abertura das primeiras livrarias do Estado.

Pouco depois, ocorreu uma outra mudança mais profunda da estrutura da Imprensa Nacional que culminou, em 1972, na fusão com a Casa da Moeda, dando lugar à atual Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Maquete da obra de Carolina Michaelis de Vasconcellos, *Estudos camonianos: o cancioneiro Fernandes Tomás: o cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, projetada pelo pintor Manuel Lapa para uma edição comemorativa de 1972. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

200 ANOS: TEMPO DE REFLEXÃO

Como se adivinhava, o segundo centenário da Imprensa Nacional criou oportunidades de remodelação mais profunda, favorecendo a sua atividade industrial e a sua posição setorial. Numa intervenção parlamentar de 6 março de 1969, que precedeu esta reforma, o deputado Pinto Mesquita (Carvalho Magalhães) tinha evocado precisamente a efeméride como momento de reflexão, notando que «a continuidade orientada do serviço como apoio da sua modelar administração não chega. É preciso associar-lhe a atualidade, ou seja, a sua correspondência com as circunstâncias do tempo». Embora a atividade gráfica da Imprensa Nacional estivesse enquadrada no regime industrial, oferecendo-lhe autonomia técnica e administrativa desde 1953, o certo é que as suas contas obedeciam às formalidades de outras receitas e despesas do Estado e a remuneração do pessoal seguia os critérios do funcionalismo público.

Neste final da década de 1960, como se verificou, a Imprensa desempenhava um papel muito aquém da sua missão histórica, refletido na limitação de encomendas e recursos disponíveis. A este nível, foi bastante sintomático o apelo da administração, em março de 1968, para que se aumentassem as encomendas de sobrescritos à Imprensa Nacional, de modo a incrementar a produção ainda escassa e a compensar de alguma forma os efeitos da falta de mão-de-obra especializada para o trabalho de composição, revisão e impressão. Foi perante este cenário e em pleno contexto marcelista que a administração encontrou o ambiente propício à reforma. Em 31 de dezembro de 1968, durante a visita oficial à Imprensa Nacional por ocasião da cerimónia de abertura oficial das comemorações dos seus 200 anos, o ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, deixou expressa a intenção de enriquecê-la «com a experiência dos novos métodos de organização de empresas» de modo a dar resposta às necessidades crescentes do serviço público a seu cargo, anunciando o apoio ao estudo da sua transformação orgânica. No mesmo dia, o *Diário da Manhã* anunciou a futura reestruturação.

Entre outras iniciativas, as comemorações associaram-se ao centenário da Imprensa Nacional de Angola através da realização, entre 1 e 12 de março de 1969, na Feira Internacional de Lisboa, das Exposições Retrospectiva e de *Ex Libris* e ainda a Filgráfica, primeira exposição industrial de artes gráficas promovida pela Associação Industrial Portuguesa. Na área reservada ao seu segundo centenário, a Imprensa reunia documentação e equipamento histórico, em que se destacava uma pequena fábrica de papel do século XVIII. As celebrações incluíram ainda a emissão de um selo comemorativo pelos CTT e a cunhagem de uma medalha da autoria de Martins Correia, além de atos comemorativos mais pontuais.

Mas o ato simbólico de maiores repercussões passou pela transformação institucional.



Visita do ministro do Interior à Imprensa Nacional, por ocasião do 2.º centenário e da sua transformação em empresa pública. *Diário da Manhã*, n.º 13 452, de 1 de janeiro de 1969. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Medalha em prata, de Martins Correia, evocativa do segundo centenário da Imprensa Nacional. 1968. Museu Casa da Moeda.

EMPRESA PÚBLICA

O Decreto-Lei n.º 49 476, publicado em 30 de dezembro de 1969, aprovou o novo estatuto da Imprensa Nacional, transformando-a em empresa pública, com património próprio e com autonomia administrativa e financeira, permitindo-lhe, entre outras facilidades, contrair empréstimos. Esta mudança orgânica não era estranha à política seguida com outros organismos públicos também convertidos em empresas públicas, como os Correios e Telecomunicações, os Telefones de Lisboa e Porto ou a Caixa Geral de Depósitos.

Marcelo Caetano, com o administrador da Imprensa Nacional, Higinio Borges de Menezes, em visita à Exposição Comemorativa do 2.º Centenário da Imprensa Nacional, 1969. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

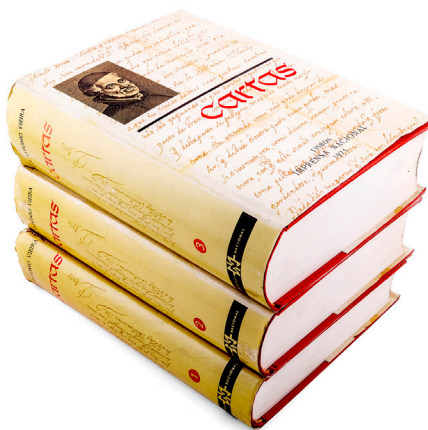
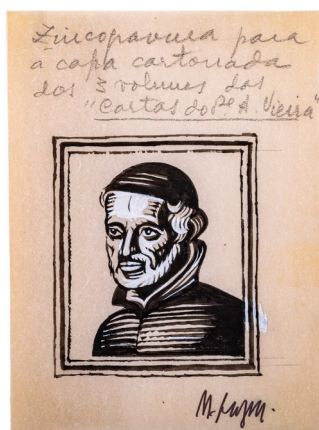


A alteração orgânica decorria da crescente modernização tecnológica do setor, apontando também uma inversão do discurso que desde a década de 1930 tinha arredado a Imprensa Nacional de um papel mais interventivo, afirmando-a, agora, no sentido de poder «acompanhar a apontada evolução tecnológica e, no setor de que se trata, exercer ação eficaz na indústria privada». Evocando a experiência e o contributo que «ao longo de dois séculos, tem sido dado pela Imprensa Nacional à causa das artes gráficas», o decreto de 1969 reforçou a continuidade da sua missão em regime de exploração industrial, aliada ao alargamento do também já tradicional «ensino das artes gráficas nas suas diversas especialidades» de modo a estender a formação à indústria particular:

Prevê-se, portanto, que venha a ter considerável expansão a frequência das escolas de artes gráficas da Imprensa Nacional, esperando-se que, em futuro não distante, possam aí fazer a sua aprendizagem não só todos os profissionais gráficos do estabelecimento, mas também profissionais que nele não pretendam servir.

Ao ensino de base, foi ainda associada a formação profissional contínua, através de cursos e estágios internos e externos. Neste sentido, passaria a caber à Imprensa Nacional «velar pelo desenvolvimento e elevação do nível técnico das mesmas artes em Portugal», prevenindo-se, para esse fim, a criação de um centro de documentação e informação que disponibilizasse bibliografia técnica sobre o livro e as artes gráficas. Em grande medida, o cumprimento deste objetivo passou pelo reforço da Biblioteca, considerada «um embrião de tal centro», designadamente pela aposta na compra de bibliografia especializada na área da cunhagem, da tecnologia das artes gráficas e dos problemas associados à produção do livro. As novas atribuições também incluíram a promoção de cursos, conferências e colóquios, com eventual articulação com a Corporação da Imprensa e Artes Gráficas sobre questões técnicas, assim como a edição de uma revista de divulgação das técnicas e orientações mais recentes no domínio das artes gráficas.

Zincogravura para a capa e edição final da *Cartas* de Padre António Vieira. Desenho de Manuel Lapa, 1971. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Como nova empresa pública, a Imprensa Nacional passou também a ser constituída por um conselho de administração, composto por três administradores, entre os quais o presidente, e um conselho fiscal, nomeados pelo ministro do Interior.

Uma outra novidade introduzida por este modelo prendeu-se com a organização dos serviços sociais que viriam integrar as históricas Caixa de Socorros, Previdência Mútua e Caixa de Auxílio a Viúvas e Órfãos. Estes serviços destinados à formação cultural, previdência, assistência, habitação e recreio, entre outras atividades, davam corpo a um novo tipo de enquadramento social dos profissionais, procurando melhorar as suas condições económico-sociais. À remodelação dos serviços sociais, associou-se, ainda, a revisão salarial, alargando o pagamento de salários ao ano completo — ou seja, mais 52 dias por ano, incluindo domingos, em relação ao que até então se praticava —, introduzindo prémios de produção e assiduidade e alargando ao pessoal a participação nos lucros de cada exercício.

Entre os objetivos mais urgentes, destacavam-se portanto: o aumento e melhoria da mão-de-obra, que passava pelo recrutamento e pela formação interna; o alargamento da mecanização, para o qual foram realizadas novas missões de estudo; e a reorganização do trabalho, implicando o alargamento de instalações. Logo em 1970, atendendo justamente às necessidades de instalação dos Serviços Administrativos e Comerciais, a Imprensa Nacional arrendou um edifício na Rua de D. Francisco Manuel de Melo, onde mais tarde foi aberta uma nova livraria. A assinalar a afirmação histórica do papel da Imprensa, foi também criado o prémio Luís Derouet, atribuído nesse ano a José das Neves.

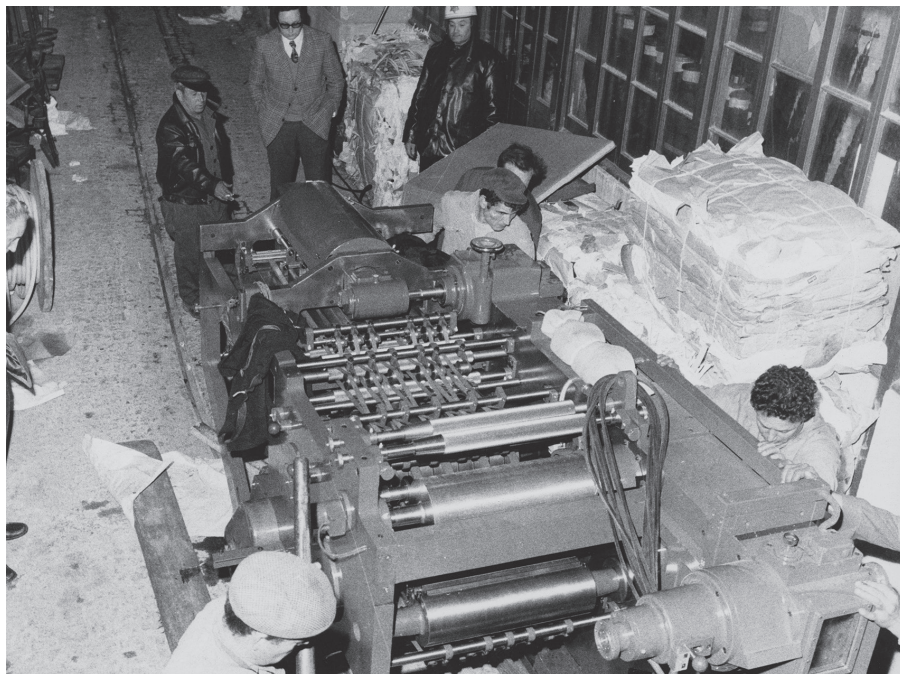
Fundição de tipos em 1973. A partir do final desta década, a composição manual e mecânica foi convivendo com a instalação progressiva de novas tecnologias como a fotocomposição, perdendo a relevância económica que até então mantinha na Imprensa Nacional. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Nesta primeira fase de renovação tecnológica foram compradas duas máquinas de compor por fita perfurada *Elektron*, introduzindo-se, ainda, o serviço de fotomecânica e a impressão *offset*. Entre 12 e 27 de abril de 1972, os impressores

Carlos Alberto Ribeiro Fernandes e Fernando Marques Faria visitaram a Alemanha e a França para formação sobre o funcionamento de uma rotativa *offset Albert Frankenthal Rof 660*. A nova máquina de impressão, que chegou a Lisboa em maio, passou a produzir o *Diário do Governo*, além de outros trabalhos. Também o *Diário do Governo* foi reformulado por decreto de 5 de agosto de 1970, com vista à redução dos textos publicados na 2.^a série e a redefinir os preços praticados sobre as publicações.

Entrada da máquina de impressão *offset Albert ROF*, em maio de 1972. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Por seu turno, a venda de obras foi alargada através da criação de novos postos de venda, com a figura da *Livraria do Estado*. Em 24 de novembro e 29 de dezembro de 1970, respetivamente, abriram ao público a nova livraria de Coimbra (Avenida de Fernão de Magalhães, onde ainda hoje se encontra) e a Livraria do Estado, em Lisboa (Rua do Marquês Sá da Bandeira), para complementar a loja que já funcionava no edifício da Rua da Escola Politécnica.

A atividade do anexo na Rua da Rosa foi sendo também alterada, concentrando, sobretudo, trabalhos de encadernação e registando uma quebra progressiva do número de trabalhadores. Em 1971, último ano de funcionamento deste anexo, os trabalhadores em final de vida profissional foram dispensados com indemnizações e os mais jovens integrados nos quadros da empresa. Este edifício da Rua da Rosa foi depois ocupado, por vários anos, pelo Grupo Desportivo, acolhendo a sua biblioteca, festas, peças de teatro e atividades desportivas e, já depois do 25 de Abril de 1974, recebeu também a Comissão de Trabalhadores, chegando ainda a ser espaço de encontro da Associação de Reformados da INCM.

Numa altura em que não se antevia ainda nova transformação, como veio a ocorrer em julho de 1972, pela fusão da Imprensa Nacional com a Casa da Moeda, a empresa planeou concentrar o maior número de unidades fabris e remodelar o seu velho edifício na Rua da Escola Politécnica, onde deveriam passar a funcionar os Serviços Administrativos e Comerciais e outros de natureza não industrial. Foi neste contexto que surgiu o projeto de construção de uma grande unidade industrial em Albarraque mas que acabaria por ser abandonado em 1975 devido aos custos envolvidos numa conjuntura de incerteza. Nessa altura, foram estudadas alternativas, como a possível ampliação das instalações do edifício da Rua da Escola Politécnica e o aproveitamento do Palácio Bra-mão, contíguo à Imprensa.

Livraria do Estado, década de 1970.
Coleção Imprensa Nacional-Casa
da Moeda.



FUSÃO

Nascida em 4 de julho de 1972, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) enquadrou a Imprensa Nacional menos de dois anos depois da sua constituição como empresa pública. A adequação dos estabelecimentos fabris do Estado ao processo de modernização económica do marcelismo conduziu a uma reformulação mais profunda da estrutura da Imprensa Nacional que culminou na sua fusão com a Casa da Moeda, estabelecimento cuja criação remonta, pelo menos, ao reinado de D. Dinis, no final do século XIII. Nesta altura, e desde a sua reorganização em 1938, competia à Casa da Moeda o fabrico de moeda, papel selado e estampilhas fiscais, de selos, vales do correio ou outros valores postais, de títulos da dívida pública e de medalhas comemorativas e selagem

de valores particulares, cabendo-lhe também a gravura dos selos do Estado, o contraste das ligas de metais nobres e a fiscalização da indústria e do comércio de ourivesaria e relojoaria.

O processo de fusão justificava-se pela coincidência de atividades entre as duas unidades industriais, sobretudo em matéria de composição e impressão tipográfica, fotomecânica e impressão *offset*, a par da gravura e da fundição, embora com especificidades próprias no plano industrial. No fundo, procurava-se, através desta união, rentabilizar numa única «unidade produtiva eficiente» a produção de uma e outra, por intermédio da articulação de serviços e áreas de intervenção. Para a Casa da Moeda, este processo significava também a adequação aos princípios orientadores das empresas públicas — um ajuste que vinha sendo feito pela Imprensa Nacional nos últimos três anos. Entre as atribuições da INCM herdadas diretamente da Imprensa Nacional, destacaram-se: a edição dos livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação Nacional para utilização obrigatória; e o exercício da atividade livreira, quer em relação às suas próprias edições quer em relação àquelas de que a INCM seja constituída depositária.

Reportagem sobre a recente criação da INCM publicada pelo *Jornal do Comércio*, de 17 de outubro de 1973. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

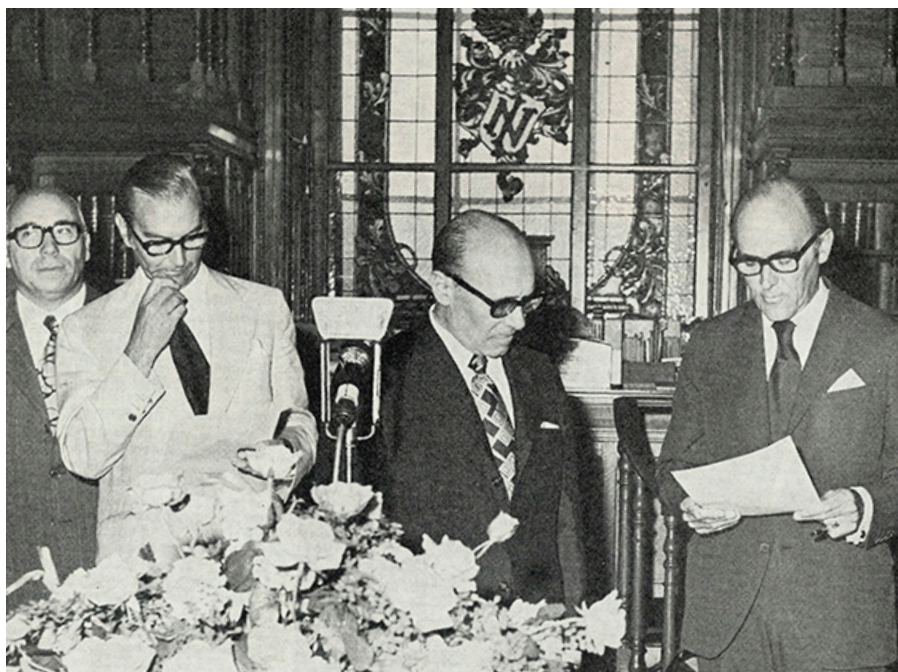


O ensino das artes gráficas, agora também associado às técnicas de cunhagem, foi transferido para a nova empresa «nas suas diversas modalidades», podendo acolher pessoal externo. De forma comum aos dois ramos da indústria que agora se uniam, pressupunha-se ainda:

O desenvolvimento e elevação do nível das técnicas de cunhagem e artes gráficas no País, quer pelo aperfeiçoamento dos processos em uso, quer pela introdução de outros mais modernos e progressivos que possam melhorar qualitativa e quantitativamente a produção do respetivo ramo industrial.

As competências até então atribuídas à Imprensa Nacional em matéria de edições — nas quais se incluía a edição do *Diário do Governo* — e de fundição de caracteres foram também integralmente transferidas para a nova empresa. Destaque-se, ainda, no plano da gestão financeira, a criação de um «fundo cultural e de investigação tecnológica» destinado a cobrir as despesas de promoção de cursos, conferências e colóquios e eventuais encargos com edições de livros e obras raras considerados de interesse nacional. O papel da INCM passou a ser entendido também enquanto agente «regulador», com uma intervenção comercial no mercado que permitisse equilibrar os preços e a oferta, sobretudo no campo da edição pedagógica.

O primeiro conselho de administração da nova empresa ficou constituído por Higinio Borges de Menezes, até então Presidente do Conselho de Administração da Imprensa Nacional, que assumiu funções como administrador geral da INCM, por Ramiro Farinha, que ocupou o cargo de administrador, e, por nomeação posterior dos Ministérios das Finanças e do Interior, por Rúben Andresen Leitão e José Manuel Charters. A cerimónia da tomada de posse decorreu em 1 de agosto de 1972, na Biblioteca da Imprensa Nacional, com a presença, entre outros, do embaixador de Portugal no Brasil, José Manuel Fragoso, e da presidente do IAC, Maria de Lurdes Belchior Pontes. Depois da tomada de posse, a primeira reunião do conselho realizou-se no edifício da Casa da Moeda.



Cerimónia de tomada de posse do primeiro Conselho de Administração da INCM, na biblioteca da Imprensa Nacional, 1 de agosto de 1972. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Páginas do primeiro número da *Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas*, de março-abril de 1972, cuja direção artística foi assegurada pelo pintor Manuel Lapa. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Na mesma linha do diploma que tinha transformado a Imprensa Nacional em empresa pública, a INCM passou a assegurar o centro de documentação e informação, cuja função se alargava agora a «bibliografia sobre problemas das técnicas de cunhagem, do livro e da tecnologia das artes gráficas» — tornando público o acesso ao centro de documentação e à Biblioteca —, a promover o ensino e ações de formação e a editar uma revista de referência no setor das artes gráficas. Esta última tinha sido iniciada, alguns meses antes da fusão, através da *Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas*, que procurou tornar-se, segundo confirmava o seu primeiro número, um veículo: «de informação, divulgação, atualidade e documentação técnica, logo também de formação, bem como meio de expressão e de contacto, aberto a todos os participantes nas múltiplas facetas de atividade das artes gráficas» esclarecendo, por outro lado, «que a Imprensa Nacional não substituirá, nesta ou noutra função similar, qualquer órgão na hierarquia corporativa».



«LIVROS PARA TODOS»
Embora, mesmo nos anos de maiores dificuldades, a Imprensa Nacional nunca tivesse abandonado totalmente a edição de obras de interesse cultural, a mudança nestes anos foi profunda e estrutural. A curto prazo, afirmou mais claramente um papel editorial que os anos 1980 e o contexto democrático permitiram consolidar, com uma maior agilização de meios e recursos. Em 1971, o catálogo de edições e os projetos previstos transpareciam já este reforço da feição editorial, permitindo reduzir os prazos de produção. Apenas dois anos

depois, o balanço de Higinio de Menezes evidenciou claras melhorias, como se verificava no caso do *Dicionário Bibliográfico Português*, cujo tempo de reprodução tinha sido reduzido de cerca de um ano para apenas um mês.

Em 1972, coincidindo com o Ano Internacional do Livro, no qual a assembleia geral da UNESCO propôs o lema «Livros para todos», e atravessando já o processo de fusão, a presença da Imprensa na evocação do 4.º centenário da publicação de *Os Lusíadas* — integrando a comissão nacional para estas comemorações — refletiu-se numa nova oferta editorial, incluindo, entre as várias publicações, edições populares e a reimpressão de obras raras, contando com a iniciativa de Afonso Lopes Vieira e José Maria Rodrigues:

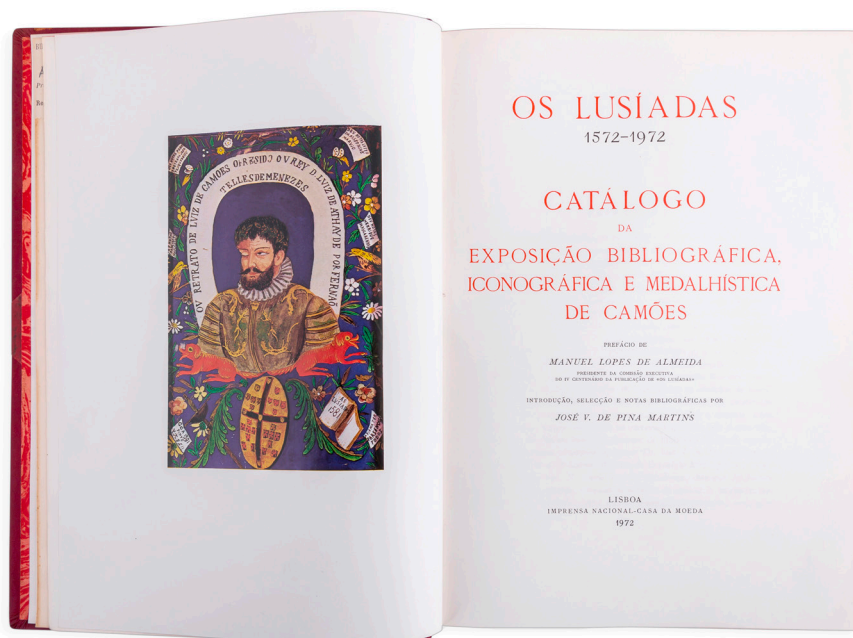
Colecção Camonianana, de José do Canto, de 1895, em edição fac-similada, com prefácio de Hernâni Cidade; a obra foi lançada na Livraria do Estado, contando com a presença da TV, rádio e imprensa.

Ensaio sobre os Latinismos d'Os Lusíadas, de Carlos Eugénio Correia da Silva, em edição fac-similada, com reprodução, também fac-similada, da obra *A Vita Brevis* de Carlos Eugénio, de Pedro Paço de Arcos;

Lusíadas de Luis de Camoens, edição em *fac simile* comentada por Manuel de Faria e Sousa, de 1639, com prefácio de Jorge de Sena;

Os Lusíadas, de Luís de Camões, *fac simile* da 1.ª edição, de 1572.

O programa editorial incluiu ainda *Os Lusíadas Abreviados*, por Hernâni Cidade, e o *Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*, com prefácio de Manuel Lopes de Almeida e introdução, seleção e notas bibliográficas de José Vitorino de Pina Martins.



Catálogo da exposição promovida no âmbito do 4.º centenário da publicação de *Os Lusíadas*, publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 1972. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A programação de iniciativas incluiu ainda a colaboração entre a Imprensa Nacional e os Transportes Aéreos Portugueses (TAP) visando a distribuição, junto dos passageiros, de uma pequena edição do canto relativo à morte de Inês de Castro, traduzido em 14 línguas, em reprodução fac-similada de uma edição publicada pela Imprensa Nacional em 1873.

Entre as obras publicadas pela INCM neste primeiro ano de vida, além do programa camoniano, destacaram-se ainda:

Dicionário Bibliográfico Português (13 volumes — VI, VII e XII a XXII) — estudos de Inocêncio Francisco da Silva com continuação e ampliação de Brito Aranha;

Aditamento ao Dicionário Bibliográfico Português, de Martinho da Fonseca;

Guia Bibliográfico, de Ernesto Soares;

Subsídios para Um Dicionário de Pseudónimos, de Martinho da Fonseca;

História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII, de Luís Augusto Rebelo da Silva, com prefácio de Borges de Macedo.

Entretanto, a par da criação das Livrarias do Estado, a Imprensa Nacional — já como parte da INCM — cumpriu, em 6 novembro de 1972, um objetivo enunciado no passado, de forma mais ou menos consistente, marcando presença no Brasil: a abertura da Livraria «Camões», em 6 de novembro de 1972, decorreu no Palácio de S. Clemente, onde anteriormente tinha estado instalada a embaixada portuguesa e que nesta altura pertencia à companhia portuguesa de aviação TAP.

Neste espaço, as edições da INCM passaram a estar disponíveis ao público brasileiro, juntamente com publicações de editoras privadas, o que permitiu alargar a visibilidade e o prestígio da cultura portuguesa no Brasil.

Com a nova orgânica empresarial, a Imprensa Nacional passou também a participar em feiras do livro fora do país, representando Portugal no IV Festival do Livro, em Nice, e na II Bienal Internacional do Livro, em S. Paulo. Em maio de 1972, participou também, pela primeira vez, na Feira do Livro, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, com representação da Livraria do Estado. Esta participação foi particularmente significativa, projetando a feição editorial e livreira da IN num evento que, realizado pela 42.^a vez, nunca tinha contado com a representação oficial da editora pública. Assinalou, portanto, uma viragem histórica que colocou a Imprensa Nacional em contacto direto com o público e o universo editorial do país. No mesmo ano, a INCM fez-se representar no colóquio realizado no âmbito da I Exposição do Livro Científico e Técnico Português, acolhido na sede do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros do Porto, onde foi apresentado o plano de edições e reedições da empresa. O encontro teve por objetivo discutir «problemas que afetam o movimento editorial do nosso país, no ramo técnico e científico», envolvendo também, além da representação da INCM, o Grémio Nacional de Editores e Livreiros e a Fundação Calouste Gulbenkian.



Primeira participação da Imprensa Nacional na Feira do Livro através da Livraria do Estado. O Presidente da República, Américo Tomás, é recebido pelo Conselho de Administração da Imprensa Nacional. Artigo publicado na *Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas*, Imprensa Nacional, Lisboa, n.º 2, maio-junho de 1972, p.22.

CURSO EXPERIMENTAL DE CULTURA GRÁFICA

A transferência de competências de ensino para a INCM foi um elemento importante da fusão, percebendo-se o papel da formação profissional como «constante de sobrevivência da indústria gráfica» num contexto em que escasseava a mão-de-obra especializada. Nesta altura, foi possível implementar, em fase experimental, um curso de cultura gráfica estruturado em dois anos de aprendizagem e mais três anos de especialização, organizando-se pelas profissões gráficas praticadas em toda a empresa. Este primeiro biénio foi ajustado em função das recomendações da UNESCO e OCDE para o ensino técnico-profissional, articulando, também, orientações dos Ministérios da Educação Nacional e das Corporações.

Reportagem sobre o curso experimental de artes gráficas da INCM, publicada na *Época Juvenil*. Suplemento 69 do jornal *Época*, n.º 738, de 21 de fevereiro de 1973. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Nos primeiros dois anos, o curso distribuía-se pelos alunos de composição, impressão, encadernação, fotomecânica, gravura e desenho, incorporando as áreas profissionais praticadas na Imprensa Nacional e na Casa da Moeda. A formação de aprendizes associou um programa de formação cultural semelhante ao que era seguido nas escolas de artes decorativas e integrou, como principal novidade, a disciplina de Física e Química aplicada às artes gráficas. Assim, a articulação entre ensino teórico e prático vinha dar resposta a um dos principais problemas que tinha persistido por todo o setor no século xx português, confirmando o papel histórico da IN em matéria de formação profissional: a preparação de mão-de-obra qualificada e especializada que assegurasse a autossuficiência à escala nacional.

O valor desta formação teórica e geral especializada, ao mesmo tempo relacionada com o trabalho prático das oficinas, era reconhecido mesmo fora da empresa como um «tipo de ensino que bem poderia constituir exemplo para muitas escolas». Em 1973, contavam-se 30 aprendizes na escola gráfica da Imprensa Nacional. Entretanto, em progressiva resposta à afirmação das artes gráficas e do *design* como disciplinas, tinham sido criados o Instituto de Arte e Decoração (IADE, em 1969), a partir do qual surgiu o curso de *Design* e Artes Gráficas, e a escola Arte e Comunicação (AR.CO, em 1973), ambos de iniciativa privada e então compreendidos num quadro do ensino artístico politécnico.

Detalhe da maquete de capa para a edição de 1974 de *Contos e histórias de proveito e exemplo* (texto integral conforme a edição de Lisboa, de 1624), de Gonçalo Fernandes Trancoso. Desenho de Manuel Lapa. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Datas importantes

31 de dezembro de 1968	Iniciam-se as comemorações do segundo Centenário da Imprensa Nacional.
1 a 12 março de 1969	Realizam-se, na Feira Internacional de Lisboa, as Exposições Retrospectiva e de Ex-Libris e a Filigráfica, primeira exposição industrial de artes gráficas promovida pela Associação Industrial Portuguesa.
30 de dezembro de 1969	A Imprensa Nacional é transformada em empresa pública, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.
24 de novembro de 1970	Entra em funcionamento a loja da Imprensa Nacional em Coimbra.
29 de dezembro de 1970	Inauguração da Livraria do Estado, em Lisboa.
1971	Extinção do «Anexo» da Imprensa Nacional, na Rua da Rosa.
1972	A Imprensa Nacional integra o programa das comemorações do 4.º centenário camoniano.
Março de 1972	Primeiro número da <i>Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas</i> .
Maior de 1972	Chega à Imprensa Nacional uma nova máquina de impressão rotativa <i>offset Frankenthal ROF</i> .
23 de maio de 1972	A Imprensa Nacional participa pela primeira vez na Feira do Livro, através da Livraria do Estado.
4 de julho de 1972	É constituída a empresa pública Imprensa Nacional-Casa da Moeda , resultando da fusão da Imprensa Nacional e da Casa da Moeda.
6 de novembro de 1972	Abertura da Livraria Camões, da Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro.
Abril de 1973	Participação da INCM na Filigráfica, exposição com lugar nas instalações da Feira Internacional de Lisboa.
31 de maio de 1973	Abertura, em Lisboa, de duas novas filiais livreiras, na Rua D. Francisco Manuel de Melo e na Avenida António José de Almeida.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Arquivo do Instituto Camões

Imprensa Nacional–Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Diário do Governo

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

INCM, *Relatório, Balanço e Conta de Resultados de 1972.*

INCM, *Relatório, Balanço e Conta de Resultados de 1973.*

INCM, *Relatório, Balanço e Conta de Resultados de 1974.*

INCM, *Relatório, Balanço e Conta de Resultados de 1975.*

4. JORNAIS E REVISTAS

Diário da Manhã

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas

5. BIBLIOGRAFIA

BASTIEN, Carlos, «Para a história da Casa da Moeda de Lisboa: Aspectos técnicos e organizativos da produção de moeda metálica», in *Estudos de Economia*, vol. XII, n.º 1, out.-dez., 1991, pp.43-78.

FARINHA, Ramiro, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da Sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1969.

MENESES, Higinio Borges de, *A Imprensa Nacional–Casa da Moeda como Empresa Pública*, separata do n.º 16 do *Boletim do Instituto Português de Ciências Administrativas*, Lisboa, [1973].

MENESES, Higinio Borges de, *A Imprensa Nacional Casa da Moeda no quadro das modernas empresas públicas portuguesas*, Lisboa, s/n, 1973.

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.